

O ENSINO DE LIBRAS NO CURSO DE PEDAGOGIA: DESAFIOS, AVANÇOS E O PAPEL DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL

Leandro Silva de Paula¹

RESUMO

Nas últimas décadas, observamos várias conquistas com a implantação do ensino de Libras nos cursos de licenciatura em 2005 e de uma legislação que possibilita o acesso e a permanência de professores e alunos surdos nos cursos superiores. O objetivo desta pesquisa é investigar a opinião dos alunos de uma turma de Pedagogia em relação aos principais desafios e avanços que a educação de surdos obteve com a inserção da disciplina Libras no currículo do curso de Pedagogia e compreender os obstáculos enfrentados pelo intérprete e pelo professor na consolidação dos seus papéis no processo de aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa exploratória qualitativa que, através do olhar dos discentes, desvende a fragilidade da legislação referente aos direitos dos surdos; o preconceito/resistência que os profissionais da educação possuem ao lidar com os alunos surdos e a falta de clareza dos futuros pedagogos em relação às funções exercidas pelos profissionais da área.

Palavras-chave: Libras. Intérprete. Professor. Desafios. Pedagogia.

Recebido em: 16/01/2018
Aprovado em: 20/04/2018

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE TEACHING IN THE PEDAGOGY COURSE: CHALLENGES, ADVANCES AND THE ROLE OF THE EDUCATIONAL INTERPRETER

Leandro Silva de Paula

ABSTRACT

All over the past decades, we saw many achievements by the implementation of Libras (Brazilian Sign Language) in educational graduation courses in 2005 and a legislation that ensures the access and permanency of deaf teachers and students inside graduation courses. The aim of this paper is to look into students' opinions of a classroom in a Pedagogy course, about the main challenges and improvements that deaf people education has gain with the implementation of the subject "Brazilian Sign Language" in the Pedagogy course curriculum, and to understand the obstacles faced by the interpreter and by the teacher in the consolidation of their roles in the learning process. It is an exploring qualitative research that unveils, by the student's perspective, the fragility of the legislation regarding deaf people rights. It also shows the prejudice and the resistance that education professionals have while dealing with deaf students and the lack of knowledge of future pedagogues regarding the functions played by professionals of the education field.

Keywords: Libras. Interpreter. Teacher. Challenges. Pedagogy.

Received on: 16/01/2018
Approved on: 20/04/2018

A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL

Desde o início do século XXI, inúmeros são os fatores que direcionam a inclusão dos estudos referentes à Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação de professores do Brasil. Rossi (2010) afirma que a criança surda possui poucas oportunidades de interação na sociedade atual e inclusive dentro do ambiente escolar. Esse fato ocorre principalmente pelo distanciamento existente entre os professores e os alunos que muitas vezes não compartilham a mesma língua. A autora complementa alertando que, no ambiente escolar, inúmeros são os professores que não dominam a Libras (desconhecem a estrutura linguística e gramatical da Língua de Sinais). Esse distanciamento existente entre o docente ouvinte e o discente surdo pode resultar no fracasso escolar e na evasão desses alunos. Sendo assim, torna-se cada vez mais primordial a formação de professores em nível superior capazes de compreender a cultura surda e se comunicarem com os alunos que fazem uso da língua de sinais. Recentemente, inúmeras são as conquistas e os desafios relacionados à educação de surdos, a começar pelo reconhecimento da Libras como um meio legal de comunicação no Brasil pelo Artigo primeiro da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e a garantia de que a Libras se tornaria parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs dos níveis médio e superior. A legislação diz: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Ou seja, somente no ano de 2002 se reconhece pela primeira vez a Língua Brasileira de Sinais como segunda língua oficial do Brasil que oficialmente poderia ser usada pelas pessoas surdas.

Mais recentemente, ocorreu a inclusão da disciplina Libras nos currículos das licenciaturas (Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005). Essa lei, além de impor a obrigatoriedade da Libras nos cursos de formação de professores, também determinou qual seria a formação básica obrigatória para todos os profissionais desejosos de atuarem como professores ou intérpretes de Libras. Além disso, merecem destaque como conquistas recentes o reconhecimento da cultura surda e de suas peculiaridades que a distanciam da educação especial e o direito da figura do intérprete nas salas de aula. Rossi (2010) alude que é diante da necessidade de se proporcionar a interação entre o surdo e o ouvinte que a Língua Brasileira de Sinais surge nos cursos de formação de professores como uma disciplina obrigatória.

Afinal, entendendo-se que o papel da comunicação eficiente na relação professor-aluno pode ser determinante em todos os resultados de aprendizagem, a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras),

como disciplina em cursos de formação de professores, impulsiona ao seu efetivo uso, pois proporciona a mobilização de profissionais, Instituições e comunidade, favorecendo a inclusão e a valorização da língua materna (ROSSI, 2010, p. 80).

Rossi (2010) diz que, assim como todo processo, a inclusão dos surdos no ambiente escolar encontra-se em andamento e se baseia na formação dos profissionais da educação: professor, intérprete e instrutor de Libras. A autora também afirma que o Decreto nº 5.626, de 2005, determina que a formação do intérprete precisaria acontecer em um curso superior de tradução e interpretação com habilitação em Libras/Língua Portuguesa. A autora complementa dizendo que essa formação do intérprete o autorizaria a atuar na educação básica e no ensino superior. O decreto ressalta que o aluno surdo que faz uma graduação possui o direito de ter um intérprete nas salas de aula. No entanto, Rossi (2010) ressalta que muitas vezes são escassos os profissionais especialistas e grande o número de professores sem formação.

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR E DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL NAS UNIVERSIDADES: DESAFIOS PROFISSIONAIS

O surgimento na sala de aula do tradutor/intérprete da Libras tem provocado uma série de dúvidas e questionamentos nos discentes, uma vez que se trata de uma figura recente na escola e, por isso mesmo, causa certa tensão em torno da atuação desse profissional. Inúmeros são os casos nos quais intérpretes e professores possuem suas funções confundidas ou até mesmo alteradas. A delimitação dos papéis exercidos pelos professores e dos exercidos pelos intérpretes da Língua Brasileira de Sinais é um dos grandes desafios para a implantação da disciplina Libras nos cursos de formação de professores. Quadros (2004) define o tradutor intérprete de Língua de Sinais como:

O profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa (QUADROS, 2004, p. 27).

Em relação aos requisitos básicos para a formação do intérprete de Libras, o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 estabelece que o intérprete precisaria fazer cursos de formação na área, enquanto, por sua vez, a formação e atuação do professor de Libras é muito distinta. Em relação à formação, esse mesmo decreto estabelece que:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua (Brasil, 2005).

Diversos autores² afirmam que apesar do intérprete ser um profissional formado que sabe qual é a sua função dentro da escola (canal de passagem de uma língua para a outra e mediador da comunicação entre professor e aluno), o trabalho exercido por ele é muito complexo e frequentemente esbarra em funções pedagógicas e na preocupação com o aprendizado do aluno, fundindo-se assim com os deveres do professor. Em seus estudos, a pesquisadora Margot Marinho (2007) constata que o intérprete se coloca em uma posição na qual se sente no dever de auxiliar os alunos. Esse fato é frequente, principalmente, quando o aluno surdo possui alguma dificuldade na aprendizagem e por isso, o intérprete se coloca como um facilitador na comunicação e no ensino.

Suzana (2014), aponta a diversidade de nomenclaturas existentes para denominar o intérprete de Libras no ambiente escolar. A autora nos conta que algumas escolas os chamam de “professor-intérprete” e outras utilizam a denominação “professor bilíngue”. O ato de classificar o intérprete como um professor bilíngue ou como professor-intérprete parte do princípio de que esse profissional extrapola a função que é de sua responsabilidade e acaba auxiliando ou atuando também no campo pedagógico. A não clareza das funções exercidas por esses profissionais é apenas um dos problemas existentes no campo docente. Suzana (2014) destaca que a falta de uma formação específica para o intérprete educacional provoca inúmeros equívocos e problemas éticos no campo da tradução.

A autora também afirma que a diversidade de nomenclaturas relacionadas aos profissionais que trabalham com a interpretação da língua de sinais é algo típico de outros países, ou seja, não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro (SUZANA, 2014). Em seus estudos, Lacerda (2009) menciona que na Itália existe uma diferença entre o intérprete geral e o educacional. Nesse país, o intérprete que trabalha no ambiente escolar recebe o nome de “Assistente de Comunicação”, uma vez que se reconhece que ele também se envolverá com as práticas educativas. Ou seja, a atuação desse profissional extrapola a interpretação e aborda questões relacionadas ao campo pedagógico. Dessa forma, na Itália, a mudança de

² Silva e Oliveira (2016); Suzana (2014).

nomenclatura seria apropriada para descrever o papel exercido por esse profissional na sala de aula.

No Brasil, a introdução de uma figura nova, como é o caso do intérprete educacional, também é acompanhada por certa carência na delimitação de seu campo de atuação. Suzana (2014) afirma que apesar de a legislação definir o profissional como um intérprete, na prática, esse sujeito acaba exercendo ações que deveriam ser do professor. Dessa forma, torna-se de fundamental relevância a realização de pesquisas e estudos que esclareçam quais os desafios enfrentados por esses profissionais na sala de aula. A autora reconhece que para legitimar a função do intérprete educacional é necessário que todos da escola compreendam qual é o real papel que deve ser exercido por ele, quais são os seus direitos, os seus deveres e, principalmente, os limites da sua atuação para que não ocorra confusão entre a sua função e a do professor.

Silva e Oliveira (2016) defendem que o trabalho do intérprete deve colaborar com o do professor regente. Complementando essa ideia, Suzana (2014) afirma que alguns professores e intérpretes trabalham em regime de co-docência, sendo que, no ensino regular, o intérprete ocupa um grande papel pedagógico no ensino dos surdos. Além disso, nas séries iniciais da educação básica, o papel exercido por esses profissionais é muito mais confundido do que nos níveis mais avançados de escolaridade. Segundo a autora, isso ocorre uma vez que a criança não possui a mesma maturidade de um adulto para compreender as diferentes funções exercidas pelos atores escolares.

No ensino fundamental a própria criança surda tem dificuldade de se adaptar com os dois profissionais ao mesmo tempo. [...] 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes e por isso chegam à escola sem dominarem a língua de sinais. Sendo assim as próprias crianças não conseguem fazer a separação entre as funções e na grande maioria se apegam no intérprete que é o profissional que está mais próximo dela (SUZANA, 2014, p. 4).

Observa-se um grande descompasso existente entre a legislação referente ao profissional da Libras e a sua atuação na escola. Suzana (2014) reconhece que essa lacuna ocorre devido ao fato de a atuação do intérprete ser uma grande novidade no Brasil e uma profissão que só recentemente foi reconhecida.

No ensino superior, apesar de os alunos serem adultos, existiria uma clareza em relação aos papéis exercidos por professores e intérpretes? O objetivo da presente pesquisa é justamente identificar os desafios existentes no processo de concretização da Libras como uma disciplina do curso superior e as dificuldades enfrentadas para se delimitar as funções exercidas pelos diferentes profissionais da educação na sala de aula.

A DISCIPLINA LIBRAS E OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

Com a implantação da disciplina Libras como requisito obrigatório nos cursos superiores de formação de professores, torna-se fundamental analisar a concepção dos alunos investigados acerca dos desafios e avanços na educação de surdos, a função que a disciplina Libras exerce na inclusão social e os principais obstáculos encontrados pelos intérpretes e pelos professores para consolidarem os seus papéis no processo de aprendizagem.

Em relação à metodologia, com o intuito de compreender a visão dos alunos, foi abordada uma turma de sétimo período do curso de Pedagogia da modalidade presencial de uma universidade pública do estado de Minas Gerais, composta por dezoito estudantes e um professor ouvinte. Trata-se de uma pesquisa de observação, na qual o pesquisador acompanhou a turma durante um mês. Cabe destacar que não existiam alunos surdos na sala de aula. Após o ingresso dos alunos na disciplina Introdução à Língua Brasileira de Sinais, a investigação foi realizada a partir da análise das respostas de uma atividade, executada pelo professor, que consistia no desenvolvimento de um texto dissertativo pelos sujeitos investigados³. Os alunos tiveram que responder a seguinte questão: quais são os principais desafios e avanços que a disciplina Libras exerce na inclusão de surdos? A proposta é identificar nas falas dos discentes os obstáculos que interferem o processo de inclusão, tanto no desenvolvimento da disciplina Libras, quanto na atuação dos profissionais da educação.

³ Os nomes dos alunos e da instituição serão preservados no decorrer deste artigo. Dessa forma, cada discente receberá uma numeração própria para representá-lo. O critério para enumerar os alunos foi sequencial: inicia-se no número 1 e termina no número 18.

LIBRAS: DESAFIOS E AVANÇOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

Apesar do pouco tempo de contato que os alunos tiveram com a disciplina Introdução à Língua Brasileira de Sinais, é possível observar que os futuros pedagogos investigados desenvolveram alguma familiaridade com a temática estudada na disciplina. O aluno número sete, por exemplo, demonstrou apropriação da cultura surda ao relatar:

Para o surdo, a deficiência é da sociedade que não consegue compreender que os gestos são o seu meio de se comunicar. Com os avanços tecnológicos, a sociedade propiciará a eles espaços e novas conquistas (Aluno 7, 2016, sétimo período de Pedagogia).

Logo, o aluno demonstra que, através de novas tecnologias, é possível incluir os surdos na nossa sociedade. Silva e Silva (2016) aponta que a pessoa surda possui um desenvolvimento peculiar decorrente da sua condição linguística e cultural e por isso dependeria de canais diferentes dos ouvintes para se expressar. Concordando com tal proposição, o aluno sete demonstrou em sua argumentação que o problema central está na sociedade, por ela não conseguir proporcionar a inclusão dos surdos no ambiente escolar e não possibilitar que eles desenvolvam sua expressão/língua.

Por sua vez, o aluno número dez parece desconhecer a trajetória de lutas e traumas dos surdos, ao afirmar que a própria comunidade surda se isola da sociedade em geral. Vale destacar que diversos pesquisadores, entre eles Vilmar Silva (2006), defendem que foi justamente a nossa sociedade a principal responsável por obrigar os surdos a se adaptarem às condições sociais dos ouvintes, ignorando o fato de que essa mudança não seria algo fisiológico ou organicamente possível. Ou seja, foi justamente a nossa sociedade que afastou e isolou os surdos do nosso convívio e limitou para eles o acesso à educação. O mesmo aluno também aponta que a presença da língua de sinais é muito maior em palestras e na televisão do que no próprio ambiente escolar.

Tanto o aluno número dez quanto os alunos de número quinze e nove contam que, em torno do aprendizado da Libras, existe muito preconceito e senso comum:

Quando tocamos no assunto 'inclusão', existem muitos mitos e muita informação que nos conduz a uma abordagem preconceituosa e extremamente reduzida sobre o tema (Aluno 9, 2016, sétimo período de Pedagogia).

Constatei nas falas dos alunos como o combate ao preconceito se vincula estritamente ao processo de formação docente. A ideia central na concepção dos discentes é que a responsabilidade principal recai sobre os professores de se informarem sobre a cultura surda.

O aluno número oito critica o fato de que o curso de Pedagogia oferece apenas uma introdução básica ao conhecimento de Libras, e aponta que um dos principais desafios é a elaboração de políticas públicas e de práticas pedagógicas inclusivas.

[...] É um desafio considerável pensar em políticas públicas e o próprio desenvolvimento pedagógico inclusivo, não somente como formação acadêmica, mas como materialidade de ação, pensarmos por exemplo na educação como um todo (Aluno 8, 2016, sétimo período de Pedagogia).

Por sua vez, o aluno número dezesseis diz que a inserção da disciplina Libras nas licenciaturas é uma utopia e os resultados dessa disciplina são poucos em relação à complexidade e ao preconceito existente entre as pessoas ouvintes. Apesar da descrença e desmotivação de alguns alunos com as limitações existentes de uma única disciplina assegurar a inclusão dos surdos na nossa sociedade, observa-se uma proposta de mudança feita pelo aluno número onze, que sugere:

A obrigatoriedade do ensino de Libras em alguns cursos de ensino superior ao meu ver é um avanço, mas ainda é pouco para o processo de inclusão ser completo. Para que a inclusão seja completa, o ensino de Libras tem que ser obrigatório também nas escolas desde o ensino fundamental, para que sejamos desde novos “alfabetizados” em Libras, para que não haja preconceito tanto por parte dos surdos, quanto pelos ouvintes. Seria interessante também esse processo para que a comunidade surda nos incluísse, já que eles são um pouco fechados (Aluno 11, 2016, sétimo período de Pedagogia).

Observa-se que, na concepção do aluno onze, o isolamento da comunidade surda não é tratado como um processo de imposição dos ouvintes que durante séculos instituiu o viés oralista para a educação de surdos. Na concepção do aluno, o isolamento dos surdos não aparece problematizado. Discorrendo sobre as políticas educacionais, o aluno número treze afirma:

Não podemos dizer que há uma grande indiferença, uma vez que em muitos campos da educação existem grandes necessidades de se fazer cumprir as leis que regem a educação. Acredito que mesmo sendo

recente a linguagem oficial de Libras brasileira, o avanço existe. Assim como a obrigatoriedade do ensino nos cursos de graduação é um ato de inclusão que facilitará a socialização e acesso, garantindo o direito na educação dos surdos na nossa sociedade (Aluno 13, 2016, sétimo período de Pedagogia).

É recorrente observarmos nas falas dos alunos a utilização do termo linguagem de sinais ao invés de língua de sinais, assim como a utilização do termo surdo-mudo para se referir ao surdo. Esse fato mostra uma ausência de familiarização dos alunos em relação aos surdos e também aos estudos referentes à cultura deles. Cardoso (2016) alude que, mesmo com os avanços tecnológicos e o mundo informatizado em que nós vivemos, ainda é muito grande a parcela da população que utiliza termos que transmitem uma mensagem preconceituosa para a comunidade surda. Exemplo disso é o termo surdo-mudo, para o qual Barros e Hora (2009) chamam a atenção:

[...] as comunidades de surdos de todo o mundo passaram a ser comunidades culturais [...] “falantes” de uma língua própria. Assim, mesmo quando não vocaliza, um surdo pode perfeitamente “falar” em sua Língua de Sinais, não cabendo a denominação SURDO-MUDO. Por outro lado, a mudez é um tipo de patologia causado por questões ligadas às cordas vocais, à língua, à laringe ou ainda em função de problemas psicológicos ou neurológicos. A surdez não está absolutamente vinculada à mudez [...] Dizer que alguém que fala com dificuldades é MUDO é preconceituoso, não acham? (BARROS; HORA, 2009, p. 19).

Ao ser questionado sobre os desafios para a educação de surdos, o aluno número dezoito também recorreu ao termo linguagem ao invés de língua:

Aprender linguagens requer esforço e curiosidade por parte do aprendiz, o que infelizmente não é visto por parte da maioria das pessoas. Estes optam por ignorar este grupo especial e passam a discriminar eles por parte do medo do desconhecido e ódio pelo diferente (Aluno 18, 2016, sétimo período de Pedagogia).

Logo, constata-se que, na concepção dos futuros pedagogos, os principais desafios relacionados à inclusão dos surdos são: a superação do preconceito, o tempo limitado de duração da disciplina Libras, a inexistência do aprendizado da Língua de Sinais durante a educação básica, a carência na elaboração de políticas públicas e a ausência de cursos de formação de

professores e de práticas pedagógicas inclusivas. No entanto, muitos alunos compreendem que a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de graduação é um ato de inclusão.

O OLHAR DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA SOBRE OS PAPÉIS DO INTÉRPRETE E DO PROFESSOR NA SALA DE AULA: DESAFIOS DA PROFISSÃO

Dos dezoito alunos investigados, apenas seis alertaram para a importância do intérprete na sala de aula com o intuito de auxiliar os alunos surdos. Um dos alunos relata:

Até bem pouco tempo atrás os surdos e mudos viviam como pessoas excluídas da sociedade. Elas não tinham escolas de sinais, que só foram estabelecidas por Hernest Huet em 1857. Após isto, muitos avanços foram feitos. Durante anos, os surdos estudavam em escolas especializadas para deficientes mentais. Isso não ajudava muito, pois a dificuldade deles era em se comunicar. Necessário seria ter um professor intérprete ou bilingue para auxiliar esses alunos. Hoje, há muitos avanços quanto a isso, mas muito ainda tem que melhorar (Aluno 1, 2016, sétimo período de Pedagogia).

Observa-se que o discente compreende os direitos conquistados pelos alunos surdos nas últimas décadas, mas não compreende com clareza as funções diversificadas existentes entre o exercício do professor e o trabalho do intérprete. Como observado, existe na fala dos alunos uma imprecisão em relação ao termo correto para descrever o intérprete educacional, situação muito comum, segundo os estudos de Suzana (2014). A imprecisão da definição dos papéis ocorre, uma vez que o intérprete de Libras muitas vezes se envolve com o trabalho educativo em sua atuação interpretativa (SILVA; OLIVEIRA, 2016). Outro relato diz:

Na sociedade atual é perceptível o avanço nas ações e discussões no que diz respeito aos sujeitos surdos-mudos. Vemos que a legislação garantiu o acesso a escolarização dos alunos que possuem esse tipo de deficiência e o direito de ter um intérprete, que é uma pessoa com formação específica em Libras que irá garantir o entendimento dos educandos surdos e mudos dos conteúdos que o professor irá ensinar para a turma. Muito ainda tem sido feito, mas ainda precisa melhorar essa permanência e a garantia de que esse aluno está realmente incluído nas salas de aula e construindo conhecimento (Aluno 3, 2016, sétimo período de Pedagogia).

O intérprete aparece na fala do aluno como o elemento mediador principal capaz de assegurar o desenvolvimento da compreensão do estudante. Embora o aluno desconheça a forma apropriada de se referir a uma pessoa surda e não possua compreensão de que o surdo, do ponto de vista cultural, não é um deficiente, observa-se a preocupação dele em relação à fragilidade da legislação e dos direitos dos surdos.

Observa-se na fala de outro aluno a confusão entre as funções do intérprete e as do professor. Trata-se do aluno seis, que inicia seu texto recorrendo ao aprendizado sobre a história da educação de surdos, afirmando, em seguida:

Ainda não podemos dizer que houve grandes avanços na educação de surdos, mas melhorou o tratamento dado a eles. As escolas têm se preocupado em formar educadores que tenham pelo menos uma “noção” ou referência de como tratá-los (como alunos) em salas de aula mistas (ouvintes e não ouvintes), onde são alfabetizados através de intérpretes. O desafio é grande, mas com dedicação, cursos para educadores, como formação continuada e empenho político, essas mudanças poderão acontecer de forma digna, respeitando a condição e os direitos dos alunos com deficiência auditiva (Aluno 6, 2016, sétimo período de Pedagogia).

Com esse relato, constatamos que, mais uma vez, as funções de intérprete e professor são confundidas. Suzana (2014) afirma que, apesar da legislação especificar exatamente qual seria a função do intérprete, na prática, esse sujeito muitas vezes acaba exercendo ações que deveriam ser exclusivas do professor. Além disso, a autora menciona que se trata de uma figura nova na escola. Tais fatores possivelmente são as principais razões pelas quais os alunos confundem e desconhecem as funções exercidas pelos profissionais da Libras. Corroborando a existência de certa confusão entre os alunos sobre qual é a função do professor e qual é o papel do intérprete, o aluno quatro relata:

Hoje em dia, nas escolas regulares, se tiver algum aluno surdo, ele tem o direito de ter um professor de Libras. Sabemos que, ainda com alguns avanços na educação para pessoas com deficiência, existem muitas dúvidas e até um despreparo do professor em lidar com esse aluno. Apesar da existência de disciplinas em cursos de graduação, ainda é pouco para que o professor possa realmente lecionar para um aluno surdo, sem um complemento, um curso adicional. Nesse sentido, é necessário que o professor busque especializações para que possa atender a esse aluno com mais qualidade e que o poder público dê melhores condições para o profissional de educação no auxílio ao aluno com deficiência (Aluno 4, 2016, sétimo período de Pedagogia).

Observa-se que o aluno número quatro, além de confundir o professor com o intérprete, coloca sobre a figura do docente a principal responsabilidade na preparação para lecionar aos alunos surdos, o Estado seria uma espécie de auxílio ao docente.

Um importante relato é o do aluno dois, que faz um alerta sobre o preconceito e a resistência que os profissionais da educação possuem ao lidar com alunos surdos.

Hoje na educação brasileira os desafios são muitos, entre eles está o ensino de Libras no ensino superior. A disciplina Libras no curso de licenciatura é um avanço, mas não é suficiente para sanar todas as dúvidas e principalmente esclarecer como deve ser o trabalho na sala de aula com os alunos surdos-mudos. Já houve avanços em relação às leis e ao trabalho do intérprete na sala de aula, acompanhando o aluno surdo-mudo. O desafio é grande, pois ainda enfrentamos preconceito e resistência de alguns profissionais da educação em acolher e respeitar as diferenças. É preciso buscar a formação contínua, lutar pelos direitos dos alunos surdos-mudos, assim como lutar pelo reconhecimento do professor e do intérprete que trabalha em conjunto na sala de aula, ou seja, sair da zona de conforto, estar aberto a uma educação transformadora (Aluno 2, 2016, sétimo período de Pedagogia).

A figura do intérprete aparece no relato acima como auxiliar e complementar à do professor no processo de educar. O aluno número cinco também aponta alguns avanços na educação de surdos:

Muitos são os avanços que a sociedade alcançou no que tange à educação de surdos. Em tempos passados, os surdos, assim como as pessoas com deficiência em geral, ficavam à margem da sociedade, mas hoje em dia, os surdos vão à escola, frequentam palestras, igrejas, etc. e tem a sua disposição um intérprete de Libras. Outro avanço importante é a própria Libras, uma vez que antes ela não existia e agora faz parte, inclusive do curso de Pedagogia. Embora existam diversos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer, pois a maioria das pessoas não sabe a Libras e o ensino desta no curso de Pedagogia não é o suficiente, já que é dado somente em um semestre, o que nos leva a ficar sem ação diante de um aluno surdo (Aluno 5, 2016, sétimo período de Pedagogia).

A incapacidade dos agentes educacionais em lidar com os alunos surdos é uma preocupação do aluno número quatorze, que diz:

É muito comum vermos diretores de escolas usando o discurso de que não estão capacitados para a inclusão desses alunos, é dito de forma sutil e velada e os pais são induzidos a procurarem outra escola 'melhor capacitada' para não prejudicar o aluno em questão (Aluno 14, 2016, sétimo período de Pedagogia).

CONCLUSÃO

Após analisar as respostas dos discentes, conclui-se que, apesar dos alunos de graduação possuírem uma grande vivência e autonomia, não possuem clareza em relação aos papéis exercidos pelos professores e pelos intérpretes. Entre os avanços destacados pelos alunos em relação à educação de surdos, destacam-se as conquistas políticas e a sociabilização. Em referência aos desafios relacionados ao exercício dos profissionais da educação e o processo de concretização da disciplina Libras, a defesa da importância de uma formação/preparação apropriada para atender os alunos surdos perpassa a fala da grande maioria dos alunos pesquisados. Um dos grandes desafios na formação dos professores é a superação do preconceito por parte dos profissionais que atuam nas escolas e faculdades. Além disso, com base nos argumentos apresentados pelos futuros pedagogos, constatou-se a necessidade de se delimitar nas universidades com uma maior clareza qual seria a função do intérprete e a do professor. Estudiosos do tema⁴ reconhecem que, para se legitimar e delimitar a função do intérprete educacional nas universidades, é necessário que todos da escola compreendam qual é o real papel que deve ser exercido por esse profissional, além do reconhecimento dos seus direitos e dos seus deveres. Dessa forma, este se torna um dos principais desafios para o bom desenvolvimento da disciplina Libras no âmbito do curso de Pedagogia e de todas as outras licenciaturas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Josibel Pereira; HORA, Mariana Marques. *Pessoas surdas: direitos, políticas sociais e serviço social*. 2009. 126 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BRASIL, MEC/SEESP. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 abr. 2002.

⁴ Ver Suzana (2014) e Silva e Oliveira (2016).

BRASIL, MEC/SEESP. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 2005.

CARDOSO, Israel Gonçalves. Surdo-mudo ou mudo, deficiente auditivo ou surdo: qual dessas terminologias pode-se adotar? *Revista virtual de cultura surda*, n. 17, fev. 2016.

MARINHO, Margot Latt. *O ensino de Biologia: o intérprete e a geração de sinais*. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

QUADROS, Ronice Müller. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

ROSSI, Renata Aparecida. A Libras como disciplina no ensino superior. *Revista de Educação*, Londrina, v. 13, n. 15, 2010.

SILVA, Carine Mendes; SILVA, Daniele Nunes. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./abr. 2016.

SILVA, Keli Simões Xavier; OLIVEIRA, Ivone Martins de. O trabalho do intérprete de Libras na escola: um estudo de caso. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 695-712, jul./set. 2016.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola para surdos em Paris e do congresso de Milão 1880. In QUADROS, Ronice Müller; DALCIN, Gladis. *Estudos surdos*. Petrópolis: Arara Azul, 2006, v. 1, p. 14-37.

SUZANA, Elisama Rode Boeira. *Professor ou intérprete?* Reflexões sobre a atuação do TILS na educação de surdos da escola regular. X Anped Sul, Florianópolis, outubro de 2014.

Leandro Silva de Paula

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), graduado em História e em Pedagogia. Atualmente, compõe o quadro de professores substitutos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e realiza estágio pós-doutoral na mesma instituição.

leandroufop204@yahoo.com.br